

Pesquisa em Relações Internacionais – Relevância para o Brasil

In International Relations – Relevance to Brazil

Adelcio Machado dos Santos^{1*}, Dreone Mendes¹, Rubens Luis Freiburger¹

RESUMO

A moderna disciplina de Relações Internacionais no Brasil, caminha no sentido de alcançar um “*status*” epistêmico, uma vez que esta ultrapassou importantes estágios em sua evolução epistemológica. Das primeiras abordagens idealistas passa-se a uma etapa com maior preocupação em se definir matrizes teóricas e metodológicas coerentes e articuladas. Nessa conjuntura de desenvolvimento dos estudos que procuram dar inteligibilidade a realidade complexa como é a política internacional, o realismo e o transnacionalismo ou interdependência complexa que se apresentam como alternativas teóricas mais lúcidas, com o pensamento realista centrado nos conflitos interestatais e o transnacionalismo, com sua ênfase na articulação entre as diversas unidades que compõem o sistema. Essas duas escolas de pensamento foram importantes para a compreensão do sistema-mundo. Todavia, os elementos fundamentais levantados pelos realistas continuam tendo validade. Nesse ponto, é preciso analisar as premissas do transnacionalismo, essenciais para a compreensão do processo de mundialização da economia e a interação entre os diversos atores do canteiro internacional. Destarte, as duas linhas de análise podem ser utilizadas para o estudo das Relações Internacionais.

Palavras- chave: Relações Internacionais; Pesquisa; Política Internacional.

ABSTRACT

The modern discipline of International Relations in Brazil is moving towards achieving an epistemic status, since it has passed important stages in its epistemological evolution. From the first idealistic approaches we pass to a stage with greater concern in defining coherent and articulated theoretical and methodological matrixes. At this juncture of development of studies that seek to make intelligible the complex reality of international politics, realism and transnationalism or complex interdependence present themselves as more lucid theoretical alternatives, with realist thought centered on interstate conflicts and transnationalism, with its emphasis on the articulation between the various units that make up the system. These two schools of thought have been important in understanding the world-system. However, the fundamental elements raised by the realists are still valid. At this point, it is necessary to analyze the premises of transnationalism, essential to the understanding of the economic globalization process and the interaction between the diverse actors of the international scene. Therefore, both lines of analysis can be used for the study of International Relations.

KEYWORDS: International Relations; Search; International Politics.

¹ Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).
E-mail: adelciomachado@gmail.com

INTRODUÇÃO

As Relações Internacionais é uma ciência criada na segunda década do século XX, nascida no pós-guerra da I Guerra Mundial. Como disciplina de estudo está relacionada à Ciência Social no Reino Unido e Estados Unidos da América (EUA). (MENDES, 2019).

Em 1903, foi fundada a *American Political Science Association* (APSA), autores presumem que os fenômenos e fatos internacionais já vinham sendo estudados, sem o compromisso formal de compartilhar informações sobre o tema. Em 1910, foi criado o *International Conciliation*, pelo canal *Carnegie Endowment for International Peace*. O veículo de comunicação é tido, como um dos primeiros a publicar matérias sobre relações internacionais. (MENDES, 2019). O objetivo do *Carnegie* é auxiliar os países a enfrentar problemas globais e salvaguardar a paz, auxiliando-os a encontrar soluções estratégicas, apoiar a diplomacia mundial e ajudar a treinar futuros diplomatas e acadêmicos internacionais. (CARNEGIE, 2021).

Outros pesquisadores relatam que a primeira publicação sobre relações internacionais aconteceu em 1910, no veículo intitulado *Journal of Race Development*, posteriormente chamado, em 1919, *Journal of International Relations* e finalmente, em 1922, denominado *Foreign Affairs*. (MENDES, 2019). O veículo busca ser um lugar de debates sobre a política americana e uma gama de problemas (políticos, históricos, econômicos, etc.) mundiais. (FOREIGN AFFAIRS, 2021),

Segundo Mendes (2019), em 1919, surge à primeira cadeira da disciplina de Relações Internacionais na Universidade de Gales, no País de Gales, no Reino Unido. Na mesma época, nasce em 1920, o *Royal Institute of International Affairs* e em 1921, o *Council of Foreign Relations*, respectivamente em Londres e Nova Iorque.

As Relações Internacionais (RI) possuem suas raízes em outras ciências como a História, a Geografia, o Direito, a Economia, a Ciência Política, a Sociologia, entre outras. A ciência RI solidifica-se após a II Guerra Mundial, a partir das mudanças geográficas, políticas, sociais e econômicas, ocasionadas pelo papel dos EUA nas transformações globais e nas permanentes renovações. (MENDES, 2019).

O século XXI apresenta a necessidade e o desafio da atualização da RI com a necessidade da criação de instrumentos e estratégias para analisar a realidade mundial, destaca-se os papéis e a importância dos países do Terceiro Mundo e os países Índia,

China, Rússia, África do Sul e Brasil que compõe o *Building Better Global Economic* (BRICS) nas relações internacionais. (PECEQUILO, 2016).

As discordâncias que surgem nas RI entre os países, não podem ser resolvidos mediante decisão de um poder soberano que seja capaz de impor um ordenamento jurídico eficaz. As pretensas decisões devem ser discutidas com exaurimento, sob o risco dos Estados envolvidos serem obrigados a recorrerem à prova de força, armarem-se uns contra os outros ou, se não puderem confiar só em suas armas, a apoiarem-se nas armas alheias. (LOPES, 2019).

Este conceito das relações internacionais e da sua diferença quanto às relações internas, não é desmentido pela existência de um direito internacional, que muitos juristas consideram um ordenamento originário, plenamente vinculador para quantos lhe estão sujeitos. (BOBBIO *et al*, 1998).

Sendo assim, esse estudo se justifica, pois a produção de conhecimento científico na área se constitui ponto de partida para qualquer investigação sobre o assunto, ao mesmo tempo em que os resultados do trabalho evidenciam a necessidade de conhecer a realidade das Relações Internacionais no Brasil, nas áreas do ensino, da pesquisa e da profissionalização.

O objetivo do estudo consiste em identificar a importância da pesquisa para o aperfeiçoamento das diversas teorias, em especial das Relações Internacionais no Brasil, que tem por intuito a soberania do Estado.

Quanto à Metodologia empregada utilizou-se a pesquisa qualitativa, uma vez que se procura trabalhar com informações que não podem ser diretamente quantificadas, realizando-se um estudo aprofundado sobre o tema em questão, qual sejam as relações internacionais. Conforme Haguette (1997), o método qualitativo fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais, enfatiza as especificidades de um fenômeno ou fato social em termos de suas origens e de sua ontologia.

Registra-se que na fase de investigação foi utilizado o método dedutivo, que se caracteriza por inferir, a partir de afirmações gerais estabelecidas pelas teorias científicas anteriores, consequências válidas que se aplicam a casos particulares, ou seja, ao objeto do presente estudo. (POZZEBON, 2004, p. 28). Nas diversas fases da pesquisa, foram acionadas as técnicas da pesquisa bibliográfica sistemática.

Conforme Santos (2007, p. 31), as formas mais comuns de coletar informações são: a pesquisa bibliográfica, o levantamento e a pesquisa experimental, que utilizam

como fontes a bibliografia, o campo e o laboratório, respectivamente. Pesquisa documental, pesquisa *ex post facto*, pesquisa-ação e estudo de caso, constituem variações importantes daquelas formas fundamentais.

As fontes bibliográficas, os livros (de leitura corrente ou de referência, tais como dicionários, enciclopédias, anuários etc.), as publicações periódicas (jornais, revistas, panfletos, etc.), entre outros. A utilização total ou parcial de quaisquer dessas fontes caracteriza a pesquisa como bibliográfica. Na pesquisa optou-se por utilizar artigos em português, na íntegra, publicados entre 2012 e 2022, em redes sociais *Google Acadêmico* e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo dos anos é possível assistir a influência central na sociedade da ciência do Direito e a caracterização da ciência com normas que regulam a vida social, apresenta garantias de soluções para os problemas e conflitos na vida dos cidadãos, o que não seria diferente na sociedade brasileira. (SANTOS, 2018).

Na medida em que a ciência é sempre um “poder fazer”, certo domínio da natureza, ela se liga ao poder que o ser humano possui um sobre o outro. (TARNOWSKI, 2021). A ciência e a tecnologia tiveram uma parte significativa na organização da sociedade contemporânea. Para Fourez (1995, p. 207), o conhecimento é sempre uma representação daquilo que é possível fazer e, por conseguinte, a representação daquilo que poderia ser objeto de uma decisão na sociedade.

Fourez (1995) caracteriza a política a partir das relações entre ciência e ciências sociais, apresentando os conceitos de dois tipos diferentes de política: a científica e a tecnocrático.

A “política científica” é a política capaz de instituir atos, atitudes e decisões políticas com propósito de garantias para o desenvolvimento da ciência. “Os cientistas tendem a considerar desse modo a política científica como uma política que favorece o desenvolvimento da ciência”. (FOUREZ, 1995, p. 208).

Para o autor a política científica é aquela em que as decisões se pautam em, tornando-se determinadas ou legitimadas pela ciência. Sendo assim, quando um partido político fala de uma política científica infere que a política toma decisões utilizando a ciência. Trata-se nesse caso da “política pela ciência”.

A “política tecnocrática” é onde as decisões cabem aos especialistas, assim é importante aos países que adotam o sistema, estudar as relações internacionais. Fourez (1995, p. 208) salienta que na sociedade brasileira o modelo é bastante difundido, pois existe uma tendência a se recorrer aos especialistas na busca de soluções para problemas sobre relações. No modelo tecnocrático, os conhecimentos científicos que determinam as políticas a serem seguidas, consideram as decisões sociopolíticas, graças aos conhecimentos científicos que se supõem neutros, evitando ao máximo as discussões e negociações sociopolíticas.

Dessa forma, Montenegro e Winter (2019) afirmam que muitos países buscam entender as diretrizes das Relações Internacionais (RI), para aplicarem em seus territórios atendendo a adequação das demandas complexas da sociedade internacional. A globalização e as relações nos mercados de negócio trouxeram novos atores sociais ao intrincado jogo de decisões

A importância do estudo do comércio e das finanças internacionais é reconhecida desde o século XVI, na era dos mercantilistas, quando se tornou evidente que, participando do comércio internacional, cada país podia fazer uso dos recursos de uma forma mais eficiente, especializando-se em determinadas atividades mais apropriadas à sua dotação de fatores e obtendo sensíveis economias de escala em sua produção. (ZANNOCHI, 2013).

Conforme entendimento de Foschete (2001, p. 13), como consequência o comércio entre as nações possibilitava um aumento da renda real de cada nação, acarretando uma melhoria de bem-estar entre a população produtiva. Verifica-se ainda, que o comércio internacional criou condições para que as melhorias tecnológicas desenvolvidas em um país fossem compartilhadas por outros países, seja pelo fato, de que vêm embutidas nos bens de capital importados, seja porque aumentam a eficiência produtiva e a qualidade do produto nos setores de exportação de cada país.

No que diz respeito às orientações disciplinares e escolhas teórico-metodológicas das relações internacionais, Almeida (2006, p. 64) assevera que uma análise sobre essas temáticas são seguidas nos estudos das relações internacionais e de política externa no Brasil. Não sendo possível, ser separada das condições concretas sob as quais trabalham os diferentes autores ao longo das últimas décadas, bem como das temáticas privilegiadas em seus trabalhos.

O autor acrescenta que os anos 1970, correspondem à política do regime militar de afirmação no Brasil, enquanto “potência emergente”, ou como “potência média”, condição que inspirou os primeiros estudos de relações internacionais, ainda em grande medida elaborados por brasilianistas como *Selcher*, *Perry* ou *Schneider*. O enfoque do multilateralismo, assim como a perspectiva “comparatista” ou “sistêmica”, esta presente em muitos dos trabalhos produzidos naquela época. Os estudos da época eram análise tradicional de cunho jurídico, utilizando metodologia histórico-descritiva com enfoque ecológico ou geopolítico.

Em 1974, criou-se o primeiro Curso de Graduação em Relações Internacionais, posteriormente o de Pós-Graduação, na Universidade de Brasília. Até este momento, os assuntos da área eram estudados nas graduações das Ciências Sociais e Econômicas. (CARVALHO *et al.*, 2018).

O Brasil dos anos 80 assiste à crise do “modelo brasileiro de desenvolvimento”, com o aumento dos conflitos diplomáticos com a principal potência aliada, os Estados Unidos da América (EUA), o que inspira a elaboração de digressões acadêmicas sobre questões econômicas, como: dívida externa, informática, patentes, e estudos históricos ou de ciência política, sobre o processo de multilateralização das relações internacionais do Brasil. (ALMEIDA, 2006, p. 65).

Preocupado com o avanço das visões anglo-saxônicas no ensino das RI, o professor Amado Luiz Cervo apresenta as reflexões de *Renouvin* e *Duroselle* a seus alunos. A ideia do professor Cervo foi apresentar conceitos que remetem as forças e sentimentos profundos emanados da coletividade propostos pelos professores franceses e buscando embasar as decisões da política externa do Brasil. No livro *Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*, o professor tem como objetivo “desmistificar o personalismo das decisões e fatos históricos em regime representativo”. (FRANCESCHINI, 2020, p. 122, *apud* CERVO, 1981).

Desse modo, Almeida (2006) afirma que os trabalhos de geopolítica ou de segurança estratégica, abandonaram o conceito de “reserva de mercado” dos profissionais militares, sendo cada vez mais acessados por um grupo de estudiosos acadêmicos, mesmo os trabalhos de pesquisa não direcionados para publicação comercial. Além dos próprios militares profissionais da ativa e/ou retirados, como Meira Mattos e Cavagnari, o autor ainda destaca outros pesquisadores que se debruçaram sobre temas militares, de segurança e de estratégia, como *Héctor Saint-*

Pierre, René Armand Dreifuss, Renato Dagnino, Domício Proença Júnior, Clóvis Brigagão, Thomaz Guedes da Costa e Shiguenoli Miyamoto.

O segundo livro publicado pelo professor Cervo em 1994, intitulado *O desafio Internacional* apresenta a história das RI no Brasil. O Brasil sempre se preocupou com as relações internacionais, inicialmente apresentando suas decisões pautadas sem teorias, observando apenas as questões políticas, intelectual e diplomática em suas escolhas. Os fundamentos das decisões do Brasil são então definidos pela a autonomia, o nacionalismo e o desenvolvimento. (FRANCESCHINI, 2020).

Nos anos 90, os estudiosos de relações internacionais brasileiros avançam em seus estudos, garantindo o amadurecimento dos sistemas internacional e regional, e sobre a política externa brasileira. O rigor metodológico é o grande diferencial nas diferentes subdisciplinas da área e dos centros de pesquisa. (ALMEIDA, 2006; MONTENEGRO; WINTER 2019).

O pós-guerra Fria e a internacionalização na área do comércio brasileiro impulsionam a autorização para novos cursos de graduação e pós-graduação, nas décadas de 90 e 2000. (CARVALHO; ARAÚJO, 2018).

Os brasileiros interessados nas RI frequentavam os cursos ávidos por informações sobre a temática, as oportunidades no mercado de trabalho em organizações internacionais, nas organizações não governamentais, a carreira diplomática, a prestação de assessorias pública ou privada em RI, o comércio exterior e o setor acadêmico/pesquisa. (CARVALHO; ARAÚJO, 2018).

As traduções tecnológicas de conhecimentos científicos ampliam a eficácia de vivermos nos mais variados ambientes, mas com isso, não só se modifica as relações do homem com a natureza, colocando-o cada vez mais dependente do uso da ciência e da técnica, como também os torna iminente ao risco de uma catástrofe ecológica. (CUPANI, 2016).

Os métodos adotados pelos especialistas brasileiros, a comparabilidade e a historicidade das análises nos estudos em RI, nos indicam dois grandes blocos metodológicos e tendências analíticas: as correntes sistêmico-estruturais, de um lado, e a comunidade mais homogênea dos estudos históricos, do outro lado. (VASCONCELOS, 2002).

De acordo, com Vasconcelos (2002, p. 18) o homem tendo dominado o ambiente ecológico, desloca sua atenção para as questões de sobrevivência e para o plano das

relações com seus semelhantes. As contribuições da Ciência não têm sido suficientes ou adequadas para afastar da civilização do risco real de sua própria extinção.

Por outro lado, salienta o mesmo autor, que a tradução tecnológica dos conhecimentos pela ciência apresenta novidades, como o conceito da expressão Relações Internacionais como um complexo das relações entre os Estados, ora como ator protagonista denominado “aparelhos” ora como “comunidades”. A distinção da esfera específica e da esfera das relações internas dos Estados pressupõe que:

Tal distinção está, com efeito, associada, mesmo a nível do sentir comum, à ideia de que existem importantes elementos de diferença entre as relações internas e as Relações Internacionais. Isto nos põe, portanto, diante da necessidade preliminar de esclarecer rigorosamente tais diferenças, isto é, de estabelecer um critério qualitativo de distinção das duas esferas de relações. Este critério não poderá fundar-se na diversidade dos atores, ou seja, pôr essencialmente a diferença no fato de que, no contexto das Relações Internacionais, os atores seriam os Estados, enquanto, no das relações internas, os atores seriam os indivíduos e os sujeitos coletivos não estatais, como os partidos, os sindicatos, as empresas, etc. Com efeito, junto com os Estados, possuem também um papel importante nas relações internacionais organismos de índole internacional (ONU, NATO e outros sistemas de alianças internacionais, COMECON, OPEC, etc.), organismos integrativos como as comunidades europeias, grupos de pressão como as empresas multinacionais e as internacionais partidárias e sindicatos, organizações como a OLP e por aí fora. Esse critério também não pode basear-se essencialmente na diferença relativa ao conteúdo, porque, no contexto internacional como no interno, existem relações de conteúdo político, econômico, social, cultural, etc., de caráter cooperativo ou conflituoso e, atendendo só a este aspecto, não se revelam diferenças tão claras e evidentes que possam servir de base a um clarificador critério de distinção. (BOBBIO, 1998, p. 1089).

Assim, em um país as relações internas e internacionais se regulam, as internas ocorrem normalmente com a utilização do diálogo em sincronia de discurso, enquanto a externa nunca está a sombra da utilização da violência e da guerra para defesa do monopólio da autoridade soberana. Há países, que sempre escolhem a segunda opção

para resolver seus conflitos internos, estabelecendo a chamada “estabilidade” e nunca saem dela. (ALVES, 2014).

Dessa forma, Cervo (2008) entende que a sistemática dos conceitos reunidos por brasileiros em relação a RI e sua aplicação internacional sobre nosso país, vêm contribuindo sobremaneira no estudo das relações internacionais. Os conceitos individualmente e/ou articulados entre si auxiliam no campo do conhecimento das relações internacionais, além de aproximar a teoria e a prática, facilitando o desenvolvimento de duas funções no ensino da disciplina: a explicativa e a valorativa.

O mesmo autor, explícita uma crítica à construção de teorias, apresentando na primeira parte do texto de seu cunho “a multiplicação de formulações com o fim de abarcar conjuntos explicativos e conjuntos valorativos diversos”. (CERVO, 2008, p. 13). O estudo e a construção de novas teorias, elaboradas por pesquisadores de um país, estado, nação, etc., deve levar em conta aspectos do território, além de culturais e sociais da população, adotando método pré-determinado, sob o risco de se inviabilizar a teoria, apresentado resultados em decorrência de vieses no estudo.

Os conceitos brasileiros lançam raízes em três segmentos da sociedade: os pensadores da nação, de seu destino e de seu lugar no mundo; os pensadores da vida política e da ação diplomática; enfim, o meio acadêmico e os centros de produção científica que analisam metodicamente a conexão entre o interno e o externo. Já a análise se baseia, no método tradicional com elaboração de teorias dedutivas com fragilidade em todos seus aspectos e no método construtivista com base na observação, com resultados apoiados em métodos históricos percorrendo um caminho entre o concreto - abstrato. (CERVO 2008; CAMPOS, VIGEVANI, 2020).

As democracias modernas e pluralistas, como o Brasil, sofrem o mal do discurso ideológico. Frases incompletas e inconclusivas, chavões verborrágico, palavras interpretadas erroneamente, muitas vezes utilizadas na transmissão de ideias em um discurso de mão única, é uma forma de poder e de difusão de comportamentos que nasce sem berço. (LAFER, 2018).

Na atual política do século XXI, no Mundo Contemporâneo, os discursos se sucedem, inclusive nas Relações Internacionais para justificar a realização de arbitrariedades contra seus semelhantes e parceiros econômicos, entre intelectuais que habitam sociedades complexas. Outros acionam o “*modus* avestruz ou política avestruz”, não fui eu ou não foi comigo, escondendo a cabeça na areia. Uma série de

governantes opta pelo diálogo e sua postura intelectual faz assumir o papel de negociador. (LAFER, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todo país do globo terrestre, governantes desenvolvem o modelo de estratégias ideias do sistema internacional para negociação e funcionamento, bem como devem acontecer as relações do país com estruturas e conjunturas das demais nações. Para Cervo (2008), formalmente, o representante para negociar em nome de uma nação são os diplomatas, intelectuais formalmente moldados dentro do sistema educacional das relações internacionais do país, com objetivo de desempenhar as funções a eles designadas.

As correntes brasileiras do pensamento político e do pensamento diplomático carregam como legado histórico a identidade pluralista em que nasceu, cresceu e amadureceu enquanto nação O Brasil, apresenta uma estrutura de substrato étnico-cultural múltiplo, as ideias políticas e a diplomacia brasileira aplicada às relações internacionais, encontram-se justificadas nessa multiplicidade cultural, o substrato oferece base real para transitar com desenvoltura em vários aspectos.

A moderna disciplina de Relações Internacionais no Brasil, caminha no sentido de alcançar *status* científico, observado, a partir de intelectuais e pesquisadores, que constata a ultrapassagem de vários estágios em sua evolução epistemológica. Das primeiras abordagens idealistas, passa-se a uma etapa com maior preocupação a de definição das matrizes teóricas e metodológicas coerentes e articuladas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. **O estudo das relações internacionais do Brasil**: um diálogo entre a diplomacia e a academia. Brasília: LGE Editora, 2006.

ALVES, B. S. F. **Por uma teoria crítica das relações internacionais**: as contribuições de *Jürgen Habermas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/126231/ISBN9788579836008.pdf?squence=1>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BOBBIO, N.; MATTUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CAMPOS, A. S. S.; VIGEVANI, T. Discutindo conceitos para uma escola brasileira de relações internacionais: um debate epistemológico - *Audrey Alejandro* e as formulações de Amado Cervo. **Intelligere**, v. 10, p. 91-110. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2447-9020.intelligere.2020.178403>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CARNEGIE - *Carnegie Endowment for International Peace. About Carnegie. carnegieendowment.org*, Washington, 2021. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CARVALHO, P. N.; GONÇALVES, C. N. I.; ARAÚJO, R. P. Prática de pesquisa e ensino de relações internacionais: relatos sobre experiência de pesquisa em comércio internacional. **PRACS – Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 11, n. 1, p. 149-161, 2018.

CERVO, A. L. Conceitos em Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 29 jul. 2009.

CUPANI, A. **Filosofia da tecnologia**: um convite. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

FRANSCECHINI, A. História das relações internacionais o Brasil: uma aventura metodológica. **Intelligere, Revista de História Intelectual**, n. 10, p. 111-126, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistaintelligere/article/view/177178/167381>. Acesso em: 20 jan. 2022.

FOREIGN AFFAIRS. *About Foreign Affairs. foreignaffairs.com*, Nova Iorque, 2021. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/about-foreign-affairs>. Acesso em: 20 jan. 2022.

FOSCHETE, M. **Relações econômicas internacionais**. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

FOUREZ, G. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e a ética das ciências. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1995.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAFER, C. **Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira**: pensamento e ação. Brasília : FUNAG, 2018.

LOPES, Y. C. Final londrina em *Baku*. **internacionaldaamazonia**, Manaus, 2019. Disponível em: <https://internacionaldaamazonia.com/2019/05/11/final-londrina-em-baku/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

MENDES, P. E. O nascimento das relações internacionais como ciência social: uma análise comparada do mundo Anglo-Americana e da Europa Continental. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 8, n. 16, p. 20-53, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/austral/article/viewFile/89031/54794>. Acesso em: 1 fev. 2022.

MONTENEGRO, J.; WINTER, L. A. C. Atuação internacional dos atores subnacionais: desafios e tendência no contexto brasileiro. **IUS Gentium**, v. 10, n. 2, 2019. Disponível em:

<https://www.revistasuninter.com/iusgentium/index.php/iusgentium/article/view/489>.
Acesso em: 10 jan. 2022.

PECEQUILO, C. S. **Teoria das relações internacionais**: o mapa do caminho: estudo e prática. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

POZZEBON, P. M. G. **Mínima metodológica**. São Paulo: Alínea, 2004.

SANTOS, A. C. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, V. V. B. **As relações internacionais e a busca pela harmonização dos conflitos de normas entre Estados**: questões históricas do direito e da Convenção de Haia sobre Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças. 2018. Monografia (Especialista em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Interacionais, Instituto das Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

TARNOWSKI, K. S.; LAWALL, I. T.; DEVEGILI, K. L. O alinhamento da alfabetização científica e tecnológica com a base nacional comum curricular. **REVISTA DYNAMIS**, v. 27, n. 2, p. 117-135, 2021.

VASCONCELLOS, M. J. E. **Pensamento sistêmico**: o novo paradigma da ciência. Campinas: Papirus, 2002.

ZANOCCHI, J. M. M. **A proteção do meio ambiente no comércio internacional**: compatibilização de políticas públicas com o direito internacional. 2013. Mestrado (Dissertação em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/12833/1/2013_dis_jmmzanocchi.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

Recebido em: 15/02/2022

Aprovado em: 20/03/2022

Publicado em: 25/03/2022